O pensamento económico do Bispo de Elvas, D. José Azeredo Coutinho.

[Texto Publicado na *Revista Cultural de Marvão*, 1998, pp.309-324]

Francisco António Lourenço Vaz

Em artigo anterior publicado na revista *Ibn Maruán*, tivemos oportunidade de abordar a acção pastoral do Bispo de Elvas, constatando que o prelado foi um dos representantes da corrente reformista que se afirmou entre nós em finais do século XVIII¹. Reformista no sentido que atribuímos ao conceito: o que pretende a reforma da sociedade e das instituições de forma paulatina e pacífica, conciliando a inovação com a tradição. D. José defendia os valores tradicionais, nomeadamente a religião revelada e o poder absoluto e esclarecido do Príncipe, que considerava imprescindíveis, para o bem estar da sociedade civil. Era também um contra-revolucionário, pois não encarava a revolução uma necessidade histórica, como fez Kant, mas como uma fatalidade fruto dos erros humanos e que importava combater no plano das próprias ideias. Esta postura, como então afirmamos, não significou que o bispo repudiasse a inovação e a constante actualização de conhecimentos que só a instrução podia possibilitar. Pelo contrário defendia não só uma publicitação dos conhecimentos e uma constante inovação no plano científico e técnico, mas também a necessidade da instrução das mulheres, como factor de desenvolvimento.

Importa também ver outra faceta mais significativa no plano da história das ideias e aquela que mais tem sido referida pela historiografia. Referimo-nos à obra do bispo no plano da teoria económica e do memorialismo económico, que caracterizou entre nós o final do Antigo Regime. Com efeito, Frederico Laranjo considerou mesmo D. José o primeiro economista português, apontando algumas das características presentes no seu pensamento económico. Segundo Laranjo as teorias de Azeredo Coutinho foram uma resposta às complicações do sistema colonial e embora não intencionalmente o bispo acabou por contribuir para a independência do Brasil. No plano das influências e nomeadamente das novidades em matéria de economia política, entendeu que não conhecia o pensamento fisiocrático, nem Adam Smith, já que nunca os citou².

Armando de Castro defendeu que Azeredo Coutinho, sustentando pontos de vista fisiocráticos, como a alta do preço do açúcar e a liberdade de comércio, reflecte a defesa dos interesses brasileiros, em especial de grupos burgueses, contra o predomínio da metrópole³. Em obra mais recente, Castro voltou a fazer uma síntese do pensamento económico de Azeredo Coutinho. Considerou que as suas ideias se integravam no grupo das concepções tradicionais, pelo facto de se concentrarem em temas comerciais e neste domínio na questão da balança comercial, tema caro ao “sistema mercantil”. Teria mesmo adoptado posições de tipo bulionista, nomeadamente: « *considerando a riqueza como o conjunto de numerário resultante dum saldo favorável das transacções com o estrangeiro*»⁴. Exemplificou esta predilecção por questões monetárias e pelo aspecto mercantil com as preocupações pela construção naval relacionada com o fomento das relações com as colónias, a defesa da produção agrícola colonial e a defesa do exclusivo colonial⁵.

José Luís Cardoso, numa obra de consulta obrigatória para os que se interessam pela economia e em especial o pensamento económico em finais do Antigo Regime, fala também de Azeredo Coutinho, inscrevendo-o na classe dos memorialistas. Ora segundo Luís Cardoso, os memorialistas criticaram a perspectiva mercantilista de riqueza. Para eles a riqueza não derivava nem era criada do ou pelo comércio, mas sim da produção, o « *precioso corpo*». E mesmo se alguns permaneceram fiéis à tradição mercantilista, identificando riqueza com numerário, deram prioridade à produção como génese explicativa da riqueza: « *É compreensível que estes diferentes autores tenham concebido a origem produtiva da riqueza na sua dimensão mais evidente e «natural»: a natureza, terra e mãe produtora, foi por eles santificada de poder e virtude*»⁶. Conclui, assim, por uma discreta influência dos teóricos franceses da escola fisiocrática no pensamento económico dos memorialistas portugueses.

Finalmente Jorge Pedreira, que escreveu mais pormenorizadamente sobre o bispo reformador e dirigiu a reedição da sua principal obra no plano do pensamento económico defendeu, que nas obras de Azeredo Coutinho se manifesta uma dissidência em relação ao agrarismo dominante, embora ela não assuma uma intenção polémica. A razão desta dissidência estará no facto de o bispo continuar a insistir numa ideia de riqueza, ainda subsidiária da escola mercantil, pois na definição de riqueza do Estado além dos “fundos

da terra” cabem também os « efeitos móveis»⁷. Nas concepções económicas, o bispo de Elvas « *exprime ideias características das concepções liberais e individualistas da actividade económica, quando declara que o « interesse « é o mestre da indústria», ou « a alma do comércio» e que o meio de promover e adiantar a indústria da nação, é deixar a cada um a liberdade de tirar um maior interesse do seu trabalho»*⁸. Contudo, ainda segundo Jorge Pedreira, essas concepções convivem com postulados fundamentais da escola mercantil: o exclusivo colonial e a concepção de « *uma quantidade finita de riqueza*». O bispo estaria em perfeita sintonia com os interesses do Brasil, dos lavradores produtores de cana do açúcar.⁹

Dada a dificuldade de filiação doutrinária das ideias económicas do bispo reformador, impõe-se, em nossa opinião, uma leitura das fontes. É este o objectivo deste trabalho, bem como a publicitação das suas principais obras neste domínio.

1. O Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias.

A obra foi publicada pela primeira vez em 1794. É notória a importância atribuída a economia brasileira e ao comércio brasileiro para a economia portuguesa, quer pelo número de capítulos quer pelo de páginas¹⁰. Conhecedor da realidade económica e cultural do Brasil D. José aproveitou todos os conhecimentos empíricos adquiridos e os que recolheu das muitas leituras feitas, desde os naturalistas às obras de cariz económico. Entre estas últimas são citados com frequência, demonstrando em que águas bebeu o essencial das ideias económicas, Bielfeld, os *Elementos de Comercio* de Forbonnais, o *Dicionário de Comércio* de Savary e Montesquieu. À refutação do « sistema dos climas» deste último, dedicou todo um capítulo, para justificar e exaltar as qualidades dos indígenas do Brasil e especialmente a sua capacidade para o trabalho.

O Brasil é descrito como « *A terra da Promissão*» e entre as numerosas riquezas, que atribuiu à sua fertilidade e clima quente, mas doce, salientou as produções tropicais e o gado. Terra rica onde os índios não precisavam de trabalhar para viverem na abundância, o Brasil era o centro do comércio português desde há muito. Azeredo Coutinho defendeu o comércio livre para os colonos brasileiros. Um exemplo era o comércio do sal, produto que era abundante na terra brasileira, mas que, como nos diz, escasseava e chegava a

preços exorbitantes no sertão: « *O sal este género de primeira necessidade para a conservação das carnes e dos pescados, é naqueles sertões de uma carestia suma. O sal com que naqueles sertões se salga um boi custa duas ou três vezes mais, do que vale o mesmo boi; da mesma sorte o peixe*»¹¹. Toda esta carestia tinha para o bispo uma única razão: a manutenção do contrato do sal, que rendia ao Estado português 48 contos de reis e outro tanto ao seu arrematante. Denunciou este exclusivo como um erro grosseiro de economia, pois o Estado lucraria muito mais com o comércio livre: « *Logo pois que seja livre o comércio do sal para o Brasil, o supérfluo daqueles sertões não será para os tigres; nem o daquelas costas para os monstros marinhos: o pescador, o criador de gados, o agricultor, o comerciante darão as mãos entre si; eles virão logo sustentar a Metrópole de carne, peixe, pão, queijos, manteigas, e de todos os viveres. Só por esta porta entrarão para o Erário Régio muitos 48 contos de reis: e Portugal irá descobrir tesouros inexauríveis, mais ricos que o Potosi*»¹².

A exploração das riquezas brasileiras conduziram-no a analisar a falta de condições de Portugal para assegurar o comércio e dele tirar o maior interesse ou seja vantagem e proveito. Para conseguir esse objectivo Portugal devia desenvolver a navegação e marinha. O modelo que apontou foi o dos holandeses e ingleses, bem ao gosto dos autores da “escola mercantil” ou tardo-mercantilistas. Podemos ver nas suas palavras a influência destas correntes, quando defendeu que a riqueza de uns é a pobreza de outros, ou seja, esse pessimismo económico característico dos mercantilistas. Ou ainda no elogio rasgado ao Acto da Navegação inglês, fundamentador do exclusivo colonial: «.. *ele (o Acto de Navegação) é cheio de tanta sabedoria e utilidade para animar, e aumentar a marinha, e o comércio da navegação, que pode bem servir de regra para todas as Nações marítimas*». ¹³

O que as suas posições em matéria de comércio nos mostram é um sentido pragmático nas ideias económicas. Estas posições podem resultar da leitura que fez da conjuntura económica, mas assinalam também a sua originalidade ecléctica. Efectivamente se algumas das teses estão próximas dos pensadores mercantilista ou tardo-mercantilistas e outras são idênticas às dos fisiocratas, as diferenças são também notórias. Veja-se como estipulou uma estreita complementaridade entre as actividades económicas: « *A abundância, e o supérfluo, que sobeja do necessário de uma nação, é que forma o*

objecto do comércio. A agricultura, e a indústria são a essência: a sua união é tal, que se uma excede a outra, ambas se vêm a destruir por si mesmas. Sem a indústria os frutos da terra não terão valor; e se a agricultura é desprezada, acabam-se as fontes da indústria, e do comércio; deste mar imenso que alimenta milhões de braços no meio da abundância, sem a qual tudo cai na languidez, no ócio, no vício, e na miséria»¹⁴.

A Portugal faltava uma grande Marinha e para Azeredo Coutinho o meio de conseguir inverter esta situação era começar com o mais básico, ou seja desenvolver as pescarias. O paradigma a seguir continua a ser o mesmo; os holandeses que ganhavam uma fortuna com a pesca do arenque e os ingleses com a pesca do bacalhau. Mais com a experiência e trabalho dos pescadores adquiriam marinheiros para a Marinha e comércio. Portugal só tinha que tirar proveito das boas condições geográficas e das suas numerosas colónias, aproveitando ao máximo a vizinhança do mar. As pescarias eram mesmo uma actividade excelente para conseguir a civilização dos índios do Brasil. É nesta parte do ensaio que Azeredo Coutinho vai refutar o preconceito racista dos europeus, fundamentado na teoria de Montesquieu, segundo a qual « *o homem do país quente é fraco, e pusilânime, e que por consequência o índio da zona tórrida é inábil para a marinha principalmente de guerra*»¹⁵. Começando por demonstrar a humanidade dos índios, atribuiu esse preconceito a um desconhecimento dos europeus: « *Eles (índios) tem virtude, tem vícios, são cheios de ambição como nós; ou esta se entenda pelo excessivo desejo de glória, e de honra, ou pelo nímio desejo de bens. Eles em fim são homens, e isto basta*»¹⁶. O falhanço de muitas tentativas para civilizar os índios assentou na ignorância dos colonizadores, que queriam contrariar a natureza, que não faz obras por salto, ou seja, não se podia começar a civilizar os índios começando por lhe ensinar a arte de governar, ou as ciências e artes próprias dos povos civilizados. Para ele devia começar-se pelo estudo das paixões do indivíduo: « *A arte de por em acção a máquina de cada indivíduo, consiste em pesquisar qual é a sua paixão mais forte, e dominante. Achada ela pode-se dizer, que está descoberto o segredo, e a mola real do movimento*»¹⁷. Esta valorização da psicologia e sobretudo da orientação das paixões pode ser entendida como uma das bases do capitalismo e que está bem documentada com a teoria smithiana do interesse. Trata-se neste caso para o bispo partindo do dado empírico que « *O índio selvagem entre a raça dos homens parece anfíbio, parece feito para as águas, é naturalmente inclinado à pesca*

*por necessidade, e por gosto*¹⁸; de orientar essa inclinação e utilizar a pescaria como estratégia civilizadora.

A refutação da teoria do « *Sistema dos climas*» de Montesquieu ocupa um longo capítulo no ensaio.¹⁹ Para o bispo reformador, o erro de Montesquieu, e dos seguidores ainda é mais grosseiro, do que o daqueles, que diziam, que a Zona Tórrida era inabitável. Os índios, segundo Azeredo Coutinho, foram dominados pelos europeus não por serem pusilânimes ou fracos, mas por causa da superioridade bélica dos colonizadores e pelo facto de se encontrarem divididos. O homem é sempre o mesmo em toda a parte do mundo: é naturalmente ambicioso, amigo da honra e glória. Apontou diversos casos da história dos índios para documentar a coragem e feitos heróicos. Em busca de argumentos contra a teoria dos climas e influência no comportamento humano, comparou os índios com outros povos de latitudes mais frias para comprovar a superioridade dos brasileiros. A própria natureza mostrava a verdade: « *A Natureza, que em todas as produções debaixo da Zona Tórrida se mostrou forte e robusta, tanto a respeito das fibras dos irracionais, como dos vegetais, só se havia de mostrar fraca, e degenerada a respeito da fibra do homem, o primeiro objecto da sua criação?!*»²⁰.

A verdadeira causa da conquista dos povos do sul pelos povos do norte não está no clima como pretendia Montesquieu, mas sim na necessidade que aguça o espírito de conquista e de trabalho. É que, ao contrário dos povos do sul que viviam na abundância da natureza e por isso eram mais propensos à ociosidade, aos prazeres e ao luxo, os do norte viviam numa terra pobre e estéril e por isso eram guerreiros, porque « *Esta necessidade geral ensina a todo um povo esfaimado a unir-se, e ajuntar todas as forças para conseguir um mesmo fim, e mutuamente se auxiliam; (..) e conquista um povo manso, que no meio da abundância vive contente, e descuidado*».²¹

A importância dada à refutação da teoria dos climas é dada pelas palavras lapidares de que « *as opiniões velhas, e populares, principalmente quando são apoiadas por homens de autoridade(..), não basta cortá-las, mas é necessário destruí-las e arrancá-las*»²². Os argumentos e a posição por ele assumida tiveram ecos na França e Inglaterra, como nos documenta nas transcrições críticas e elogiosas que saíram na imprensa francesa, o jornal *Década Filosófica* e nas notas à sua obra em inglês. Por outro lado a defesa dos índios e em especial da sua capacidade para o trabalho baseia-se no conhecimento e convivência

com eles e é orientada por princípios económicos bem precisos: o aproveitamento da mão de obra indígena.²³

Além deste auxílio da mão de obra índia para desenvolver a Marinha e Comercio português, Azeredo Coutinho apontou ainda para outro meio que podia ser rentabilizado: as abundantes madeiras que existiam no Brasil. Para isso tal como o sal, o comércio das madeiras devia ser livre. Nesta explanação sobre as madeiras vêm ao de cima mais uma vez os seus conhecimentos empíricos e de bom observador. Com efeito a descrição da matas e qualidade das madeiras é feita com rigor fotográfico: « *As raízes daquelas árvores cercam todo o seu tronco até à altura de seis a oito palmos acima da superfície da terra, donde descem diminuindo até a sua extremidade, de sorte que formam as raízes, e o tronco entre si quase tantos ângulos rectos, quantas são as raízes, que o cercam*»²⁴. Ora toda esta riqueza estava subaproveitada e a razão era mais uma vez os entraves ao seu comércio para os nacionais: « *As madeiras cortadas por conta da Fazenda Real, como ordinariamente se pratica, ou mesmo por conta de determinadas pessoas, ainda que elas nada custem em bruto, ou no lugar dos seus nascimentos; contudo os transportes por si só sempre hão-de chegar mais caros à feira, ou à Ribeira das naus, do que sendo compradas na mesma feira, ou Ribeira aos lavradores delas*»²⁵. O que advogou foi a defesa do interesse dos proprietários ou senhores das terras e a liberdade de venderem no mercado nacional as madeiras. O interesse seria também o meio para proteger melhor esse valioso património, pois se o proprietário trabalhasse por sua conta, ao contrário do que acontecia que tinha de suportar os vexames dos que iam às suas terras cortar as madeiras, iria procurar o maior lucro possível ²⁶. Também no comércio das madeiras o interesse, « *o mestre da indústria*» é a mola onde actuar para conseguir o progresso. Aqueles que pensavam que a extinção dos direitos das madeiras constituiria perda para o Estado cometiam um erro muito grosseiro, queriam aumentar os rendimentos do Soberano sem aumentar a opulência do estado. Fundamentou-se em Bielfeld, e na teoria da balança comercial favorável, distinguindo entre economia privada e economia de um Reino: « *A economia de um Reino é muito diferente da de um particular; a razão é clara. Iº O dinheiro, que sai da bolsa de um particular, sai para sempre; o que sai dos cofres do Estado, entra todo no Estado; e é muito raro que este dinheiro passe por alguma mão sem que deixe algum proveito. IIº Os meios de que se*

vale um particular, são sempre limitados; os de um Estado bem governado não tem limites. IIIº. A maior parte das despesas de um particular tendem a procurar mais comodidades, e mais prazeres. Todas as despesas publicas pelo contrário tendem à conservação imediata do estado, ou a aumentar a sua prosperidade, as suas forças, e a sua opulência. É necessário em fim semear para colher»²⁷. Demonstrando ser favorável ao investimento público e à poupança particular, o Estado podia e devia esbanjar pois o dinheiro não se perdia, antes a circulação traria algum benefício. Parece contudo ter olvidado o investimento privado, embora possamos deduzir que, tal como Adam Smith, entendeu que o interesse dos particulares conduzia necessariamente ao interesse da comunidade.

Outro erro que denunciou, continuando a basear-se em Bielfeld, foi o agravamento fiscal. Aumentar continuamente os impostos era matar a galinha dos ovos de ouro e para o bispo, que elogiou Colbert nesta matéria, o bom estadista era o que promovia a riqueza nacional e não o que aumentava os impostos.²⁸

Os meios apontados para tornar o comercio do Brasil mais vantajoso para o Reino são basicamente apontados para o comércio com as outras colónias portuguesas. A defesa do comercio livre entre nacionais ou dos produtos do mercado nacional, move-se contudo dentro do colete de forças do exclusivo colonial. Digamos que defendendo a liberdade para o comercio interno incluindo as colónias no mercado interno, o bispo postulou um proteccionismo e todo um conjunto de restrições para o mercado externo. Ou seja, defendendo que as colónias deviam ter liberdade de culturas agrícolas e de comercio de produtos no mercado interno, a segurança que a metrópole lhe dava, as próprias luzes da civilização implicavam também que elas fizessem alguns sacrifícios, ou seja que respeitassem os interesses económicos da metrópole.²⁹

Nestas mesmas concepções de defender o livre curso do interesse dos agentes económicos, se move a *Memória sobre o preço do açúcar* (1791), que saiu nas *Memórias económicas da Academia das Ciências* e foi posteriormente publicada «*corrigida e aumentada*» em 1794. Neste texto, o bispo analisou a alta do preço do açúcar no mercado europeu, procurando as razões dessa alta e discorrendo sobre o dilema de tabelar ou não o preço, através de uma intervenção estatal. Demonstrando um bom conhecimento do funcionamento do mercado e nomeadamente da lei da oferta e da procura, apontou como

causas para a subida as complicações resultantes da conjuntura política, a repercussão da revolução nas colónias francesas das Caraíbas e as condições climáticas adversas, as inundações e furacões que ocorreram nas colónias espanholas e inglesas. Relativamente ao dilema do tabelamento, e expondo os argumentos dos que o defendiam, afirmou-se peremptoriamente contra qualquer fixação de preço. Em primeiro salientando os efeitos benéficos do comércio, a fazer pensar nos escritos do Abade Genovesi ou de Coyer, onde comercio é exaltado como actividade honrosa e nobre nos seus fins: «.. pois que todos sabem que o principal objecto do comercio é trazer abundância ao País da carestia, e fazer que em um País não haja supérfluo, e que no outro não haja falta»³⁰. O tabelamento iria contra o interesse dos produtores e dos consumidores. Para justificar melhor a defesa dos preços altos e colocando-se nua perspectiva de Portugal e Espanha, tendo em conta a conjuntura económica dessa época, procurou na história desse mesmo comercio a defesa da sua liberdade. O argumento básico é que Portugal devia agora aproveitar a conjuntura favorável, em resultado da guerra da Independência dos Estados Unidos e o período da Revolução Francesa, para recuperar a superioridade no comércio do açúcar. A análise das razões desta perda não escaparam ao seu juízo arguto, onde também se vê que para ele a riqueza era mais do que numerário: « Portugal perdeu a superioridade da sua Agricultura, e do seu comercio, pela cegueira com que correu atrás de uma representação, e uma sombra de riqueza, sem ver que deixava atrás de si o precioso corpo que ela representava: sem dúvida porque a sombra parece muitas vezes maior que o corpo».³¹

Apesar do estilo metafórico é visível que a riqueza não é o ouro ou o dinheiro, mas as produções que o reproduziam e multiplicavam, trazendo bem estar para a sociedade civil. Por isso tabelar ou taxar os produtos eram entraves que se levantavam ao curso natural da riqueza e como o motor do comércio e das outras actividades é o interesse «... é necessário deixar-lhe toda a liberdade ao subido preço do açúcar; quanto ele mais subir, mais aumentarão as nossas fábricas, e o nosso comércio»³². Tratava-se, portanto, de defender uma total liberdade de comércio e concorrência, aproveitando as conjuntura a favor do interesse nacional. O bispo foi ainda mais longe defendendo o fomento de outras culturas similares ou impulsionadoras da do açúcar: o café, o cacau, a canela e baunilha.

2. A defesa do comércio de escravos

Mais discutível é outro texto onde defendeu o comércio de escravos na costa africana, a *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos na costa Africana* (1798). Trata-se de um texto mais político, se assim podemos dizer, que económico, isto apesar de abordar uma questão económica de grande importância civilizacional. A questão era controversa e objecto de polémica na Europa, para não ir mais longe desde os textos de Bartolomeu de Las Casas, que denunciou os maus tratos dados aos índios pelos conquistadores espanhóis. No século XVII os teóricos do direito natural tinham proclamado a igualdade de todos os homens e os jesuítas, nomeadamente António Vieira, pugnaram pela liberdade dos índios. Situemo-nos, contudo, no século XVIII. Na Inglaterra o abolicionismo alimentou as suas raízes com a filosofia das luzes e com o desenvolvimento das igrejas não conformistas. Em finais do século vinha sendo defendido, abertamente nos salões e cafés, por homens de negócio e com interesses coloniais e chegou ao Parlamento³³.

Não deixa de ser significativa a indiferença e até o embaraço que a ilustração internacional teve perante o problema da escravatura³⁴. Anote-se por exemplo na posição assumida por Montesquieu, que condenando teoricamente a escravatura pelo direito natural e inútil nos povos civilizados, contribuindo assim para alimentar as ideias abolicionistas, acabou, contudo, por enunciar um conjunto de razões para justificar o direito dos europeus em escravizar os negros de África. Razões que vão desde o interesse económico: a necessidade de mão de obra para devastar as terras da América, ou a alta do preço do açúcar se ele fosse produzido com trabalho livre, até a posição do mais puro preconceito racista: « *Une preuve que les negres n'ont pas le sens commun, c'est qu'ils font plus cas d'un collier de verre, que de l'or, qui, chez des nations policiees, est d'une si grande consequence. Il est impossible que nous supposions que ces gens-lá soient des hommes; parce que, si nous les supposions des hommes, on commencerait à croire que nous-mêmes ne sommes Chrétiens*». ³⁵

Mais esclarecida foi a posição assumida por Adam Smith. Com efeito o fundador da ciência económica na análise que fez à escravatura e movendo-se em princípios meramente económicos e portanto independentes de considerações morais, concluiu que

o trabalho escravo ficava mais caro que o trabalho realizado por homens livres. As razões em que se fundamentou são que o interesse do escravo consistia em trabalhar pouco e comer muito e do lado do proprietário o desgaste dos escravos era um encargo para o senhor, ao contrário do trabalho livre em que pertencia ao trabalhador³⁶. Em termos da época para Smith as despesas com trabalho de escravos só podiam ser suportadas com culturas muito lucrativas, como o açúcar e o tabaco. Demonstradas as vantagens económicas do trabalho livre o fundador da economia política não tomou posição sobre a abolição da escravatura nem se embrenhou em polémicas nesse domínio.

O eco do movimento de ideias culminou também na revolução francesa com a abolição, ainda que temporária, da escravatura em todos os domínios franceses. Entre nós, contudo, a questão começou a receber tratamento e a gerar polémica com uma obra de 1758, *O Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corregido, instruído e libertado*. O autor, o Padre Manuel Ribeiro da Rocha, partiu do principio que a escravatura era o estado mais miserável a que um homem podia chegar e portanto humanamente só podia ser justificada como forma de resgate, ou seja, como um estado provisório, enquanto o escravo não pagasse com trabalho ou dinheiro o preço que o senhor (o comerciante) pagara ao anterior possuidor. O domínio do senhor sobre o escravo era portanto provisório e todos os que pensavam ter um direito de propriedade pleno sobre os escravos incorriam em pecado grave, ainda mais grave ao pensar que a escravidão se transmitia de pais para filhos. Foi esta tese que demonstrou em 8 partes em que dividiu o seu tratado e em que o próprio titulo documenta, que o percurso existencial normal dos escravos era a sua libertação³⁷. A obra do Padre Rocha não deixa dúvidas a quem a ler, para ele os escravos são homens e os seus senhores devem tratá-los condignamente e reconhecer que o domínio que sobre eles tem é provisório e não lhe permite abusar da condição desses infelizes, antes devem tratá-los dentro das normas da justiça cristã. Aliás os autores que cita com frequência são os Padres da Igreja, sobretudo Santo Agostinho e os clássicos, Seneca, para defender a humanidade dos negros. Recorrendo a argumentos de ordem jurídica e teológica não deixa, contudo de apontar também a vantagem económica que os senhores tem em tratar bem os escravos e dos trazer bem alimentados: « *Demos-lhe pois tudo, e seja com abundância; que talvez o mesmo será abirmos bem as mãos para o seu comodo, que abrirem eles os olhos para o nosso serviço*». ³⁸

A obra do Padre Rocha causou polémica e alguns mesmo saíram em aplauso do o autor, com poemas³⁹. Quem não podia estar de acordo eram os comerciantes e fazendeiros do Brasil. A polémica, por isso, prosseguiu nomeadamente em torno de um programa da Academia das Ciências de Lisboa, destinado a melhorar as condições de saúde e higiene do dos escravos africanos que chegavam ao Brasil. A preocupação da Academia era de cariz humanitário, mas tinha subjacente motivações económicas, como documenta o longo título e resumo do programa: « *Discurso Académico sobre o programa da Real Academia das Ciências de Lisboa: Determinar com todas os seus sintomas as doenças agudas, e crónicas, que mais frequentemente acometem os pretos recém-tirados da África; examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança de clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo, prevenindo-o, e curando-o: tudo isto deduzido da experiência mais sisuda e fiel* »⁴⁰. O autor do discurso, que foi premiado pela Academia, era o presbítero José António de Figueiredo e Brito, que na obra assumiu posições contra as condições desumanas em que eram transportados e tratados os escravos, denunciando os maus tratos que sofriam e apontando algumas soluções para ultrapassar os problemas. Enfim Brito acabou por questionar a escravatura e colocar-se no campo dos escravo e não apenas do senhor. Estas posições originaram umas *Anotações* ao discurso por parte de outro presbítero, Rafael José de Sousa Correia e Melo, que como se deduz do texto esteve em Angola e no Brasil, onde observou o comércio e o trabalho dos escravos⁴¹. O texto é precedido de dois pareceres, possivelmente para posterior publicação. O primeiro de António Ribeiro dos Santos e o segundo de Bento Farinha. Ambos reconheciam valor nas anotações, contudo não são explícitos quanto à posição sobre o tema central, indiciando até que o autor teria abusado de erudição, pelo que o texto exigia segunda leitura para opinião mais fundamentada⁴². Correia de Melo refutou ponto por ponto o essencial do discurso premiado pela Academia, tentando demonstrar que ao contrário do que nele se afirmava os negros eram bem tratados durante o transporte e que os maus tratos dos senhores eram muito raros. Um dos pressupostos básicos era de que os negros eram bárbaros e a perda da liberdade nem por eles era sentida: « *Que pouco perde pois o Negro, que em uma ou outra Guiné perde a liberdade civil; ele que desconhece todas as*

*estimulantes atractivos, que esta prerrogativa tem nos países de luxo; ele cujas miseráveis fortunas, e cujos pescoços vacilam para mil fatalidades de um estúpido despotismo»*⁴³. Não se pense, contudo, que o autor não procurou fundamentar devidamente a sua tese. O longo texto revela-nos alguém bem informado sobre tudo o que se escreveu e sobre as decisões políticas e leis mais importantes no domínio da escravatura. Relativamente a este último ponto, é dado especial realce às posições que se vinham assumindo na Inglaterra, quer no campo das teorias, quer no da prática política.⁴⁴ Para concluir esta breve análise digamos que as baterias do autor se orientaram contra as novas ideias de liberdade e igualdade, próprias de um « *Século impostor e tumultuoso*», mas que não procedia a reformas. Sendo assim contra qualquer ideia de abolicionismo, apontava para a necessidade de reformas, aspecto em que o autor concordou por diversas vezes com as ideias defendidas no discurso, nomeadamente condenando o celibato forçado dos escravos, o « *ruinoso e imoral luxo*», que levava os senhores a terem um grande número de escravos para fins domésticos⁴⁵. As reformas passavam pela revalidação de antigas leis, que limitavam o luxo e aplicação de outras adequadas à situação e que combatessem os erros apontados.

Vejamos a posição de Azeredo Coutinho nesta matéria. A *Análise sobre a justiça do comercio do resgate dos escravos na costa Africana* foi publicada primeiro em Londres (1798) e em 1808 em Lisboa. Dirigindo-se aos seus diocesanos de Pernambuco num estilo simples e claro, como era característico do racionalismo ilustrado, enunciou como objectivos da obra: « .. *desmascarar os insidiosos princípios da Seita Filosófica, é apartar do vosso paraíso o pomo da infernal Serpente, é persuadir-vos da obediência às leis, e ao vosso Soberano(...), é persuadir os Senhores a tratar bem os seus escravos*»⁴⁶.

Defensor de um absolutismo esclarecido fundamentou-se nos princípios da superioridade e exclusividade do poder legislativo do soberano. Entendia, por isso, que a necessidade da existência era a suprema lei das Nações e que a justiça das leis humanas não era nem podia ser absoluta, mas sim relativa. Conjugou estes princípios com o direito natural, que mandava ao soberano fazer o maior bem possível a nação em função do estado em que se encontrava. Deste modo, embora reconhecendo que os defensores da abolição da escravatura se fundamentavam no mesmo direito natural: todos nasciam livres e iguais e que no próprio pacto social o homem não prescindia da sua liberdade, o bispo entendia

que a lei natural era relativa às circunstâncias e só competia ao soberano ajuizar essas mesmas circunstâncias. Enfim o seu raciocínio jurídico orientou-se nitidamente e também com algum cinismo, pela “teoria do mal menor”: a escravatura era um mal necessário para civilizar e polir os costumes de povos bárbaros, que tinham uma vida miserável e dominada pelos vícios e ociosidade: « *Os Povos Bárbaros não tendo, nem artes, nem ciência, nem indústria; ou não tem algum comercio regulado, ou é tão pequeno, e tão restrito, que não merece o nome de comércio. O seu trabalho não vai acima do simples necessário para as necessidades da vida*»⁴⁷. É o que Poderíamos designar como o quadro do “mau selvagem”, em oposição ao mítico bom selvagem de Rousseau aquele que o bispo nos pintou. A razão estava tanto do lado de Rousseau como de Azeredo Coutinho. Nesta matéria, tal como em tantas outras, os extremos tocam-se. Sendo os selvagens homens embrutecidos, que se entregavam a ociosidade e aos abusos, que tinham na satisfação dos seus caprichos a principal regra da vida e das acções, a escravatura podia ser encarada como um mal necessario, uma espécie de expiação ou metamorfose para chegarem à civilização. Foi este o raciocínio de Azeredo Coutinho, atacando as ideias revolucionárias de igualdade e liberdade: « *A natureza não fez as suas obras por salto; ela fez tudo por uma marcha lenta, e progressiva em um tempo proporcionado ao principio, aumento e declinação(...); é uma loucura só própria dos Filósofos da Revolução, que quiseram reduzir os homens à igualdade, civilizar o mundo inteiro, e fazer em dois dias uma das primeiras obras, que a Natureza só fez no decurso de muitos séculos por caminhos imprevisos à sabedoria humana*».⁴⁸

Além destes argumentos históricos característicos do pensamento contra-revolucionário, apontou também argumentos económicos para a manutenção da escravatura, indiciando, também neste domínio, anacronismo, pois alguns dos memorialistas seus contemporâneos apontaram a liberdade como factor de progresso e incentivo agrícola⁴⁹. Para o bispo e identificando-se com os interesses dos proprietários das plantações de açúcar e café o fim da escravatura significaria a ruína da agricultura tropical e consequente ruína do comercio português. Defendendo a necessidade histórica e económica da escravatura apresenta um programa filantrópico para corrigir os abusos que reconheceu existirem no tratamento dos escravos e mesmo um projecto de lei para obrigar os senhores a não abusarem da condição dos escravos.

3. Conclusão

A leitura das obras do bispo de Elvas reflecte um economista atento á conjuntura económica e aos interesses de Portugal. Não constatamos qualquer ideia de independência ou autonomia para o Brasil, o bispo via a *terra da promessa* parte integrante do território nacional. As diversas leituras que a historiografia tem feito sobre a sua obra coincidem no essencial ao salientar uma defesa dos interesses económicos do Brasil. Pensamos, contudo, que seria bom acrescentar a componente nacionalista que referimos. É bom também não ignorar, como se tem feito nalgumas análises, que a defesa dos interesses dos colonos e produtores brasileiros se conjuga também com a defesa dos índios e naturais do Brasil. Neste domínio e relativamente à escravatura, ainda que demonstrando algum anacronismo, o seu pensamento apontava também para uma via reformista e bem de acordo com as suas palavras: « a natureza não procede por saltos».

Com o nosso texto realçamos a importância que assumiram no pensamento económico de Azeredo Coutinho duas ideias. A primeira a de riqueza, em que concordamos genericamente com as posições de Luís Cardoso e Jorge Pedreira e a segunda a de interesse. O interesse em Azeredo Coutinho está em perfeita sintonia com a ideia defendida por Adam Smith. Nesta concepção o interesse privado é visto como o melhor caminho para o interesse público⁵⁰. Daqui resultou a defesa do individualismo e da liberdade de comércio, pelo menos dentro do mercado interno, resultou também o apelo à uma gradual redução de tributos e o fim de contratos e estancos que sufocavam as actividades económicas.

As ideias económicas de D. José Azeredo Coutinho parecem conduzi-lo a um paradoxo, em parte resultante do peso que atribui às questões políticas do momento. Defensor da liberdade económica era também defensor do absolutismo; um inquisidor defendendo a liberdade do comércio interno e o fim dos monopólios, mas lutando contra a igualdade civil e a liberdade dos escravos, de religião e de expressão. Contudo o paradoxo pode muito bem ser produto das nossas leituras, pois o que as obras de D. José revelam é alguém empenhado em defender o interesse, entenda-se a vantagem económica, de Portugal e suas colónias, enunciando as ideias de forma clara e convencido que com a instrução, ou com essa luz, ajudava os seus compatriotas a evitar os obstáculos e erros

característicos daqueles que se fiavam na aparência. Terá residido aqui o anacronismo do bispo de Elvas que, como bom observador da natureza, esqueceu que as ideias quando surgem são como o grão de mostarda e só com o tempo revelam as suas reais potencialidades.

Uma última nota para referir uma reflexão filosófica. A estranheza que nos pode causar a defesa do comércio dos escravos ou até a indiferença de muitos perante um problema tão grave da humanidade, fez-nos pensar que, ontem como hoje, a hipocrisia dos países civilizados, que podemos considerar baseada em interesses egoístas, funcionou como bloqueio a uma verdadeira aproximação entre os povos. Nesta linha de ideias as posições de Azeredo Coutinho, ou dos indiferentes ao problema dos negros, vistas por um bom observador social, assemelham-se às que hoje os homens de Estado e as elites intelectuais dos países de luxo assumem - umas vezes pela palavra outras pelo silêncio- sobre os problemas constantes do continente africano. Com efeito, a África transformou-se em palco quase diário de tragédia para milhões de seres humanos. Tragédia a que assistimos sentados na poltrona da nossa indiferença. Ontem como hoje a hipocrisia continua a estar na ordem do dia. Pensamos que a ciência económica pode contribuir para denunciar mais esse erro grosseiro que consiste em considerar que o nosso luxo só pode ser construído aumentando a infelicidade dos outros.⁵¹⁺

¹ - Consulte-se o nosso artigo, « O pensamento e acção pastoral do Bispo de Elvas», *Ibn Maruán. Revista cultural do concelho de Marvão*, nº 5, Dezembro de 1995, pp. 89-96.

² - « *Nas obras de Azeredo Coutinho não se encontram citados nunca nem os fisiocratas, nem Smith; parece desconhecê-los completamente*», J. LARANJO, *Economistas Portugueses*, Lisboa, Guimarães Editores, 1976, p. 44.

³ - Aponta quais esses interesses brasileiros:«*..declarando que o comércio das madeiras brasileiras deve ser livre, sustenta que quanto mais Portugal dever às possessões ultramarinas mais rico será; combatendo o monopólio do comércio de certos produtos brasileiros, opõe-se ao resgate de escravos*». Armando de CASTRO, « Fisiocracia e fisiocratas», *Dicionário de história de Portugal*, dir. de Joel SERRÃO, Porto, 1979, p. 44.

⁴ - Armando de CASTRO, *O pensamento económico no Portugal Moderno. De fins do século XVIII a começos do século XX*, Lisboa, Instituto da Cultura Portuguesa, 1980, p. 29.

⁵ - « *não hesitando em sustentar que as colónias só possam comerciar directamente com a metrópole e que não possam ter fábricas, sobretudo de têxteis, devendo vestir-se com as manufacturas metropolitanas*», ob. cit. p. 29.

⁶ - José Luís CARDOSO, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII 1780-1808*, Lisboa, Estampa, 1989, p. 74. A este propósito citou mesmo Azeredo Coutinho, cfr. P. 73.

⁷ - « *Porém, na sua definição das « riquezas do Estado», cabem tanto os fundos de terras», como os efeitos móveis, isto é « dinheiro, bilhetes, letras de câmbios, acções sobre as companhias, navios, e todas as mercadorias».* Jorge Miguel Viana PEDREIRA, *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa Difel, 1994, p. 462. Os sublinhados são citações do *Ensaio Económico...*, p. 29-30

⁸ - Ob. Cit. P. 463.

⁹ - « *Clérigo e académico, é como brasileiro e filho de senhor de engenho que escreve, é do ponto de vista dos interesses do Brasil, dos lavradores de cana e dos negociantes de açúcar que se situa».* Ob. Cit. P. 464

¹⁰ - Dividida em três partes na primeira trata « dos interesses que Portugal pode tirar das colónias do Brasil (9 cap. P 1-119). A segunda « sobre os interesses que Portugal pode tirar das suas colónias nas três partes do mundo» (3 cap. P. 120-152). A 3ª « sobre os interesses de Portugal para com as outras nações» (3 cap. P. 153-175). Anote-se a predominância do conceito de interesse. A ideia de interesse expressa é sinónimo de vantagem económica, em concordância com Adam Smith. No fim a obra transcreve a Memória sobre o preço do açúcar. Cfr. *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias oferecido ao Sereníssimo Príncipe D.Pedro, e publicado de ordem da Academia das Ciências*, 2ª edição corrigida e aumentada, Lisboa Tipografia da academia Real das Ciências, 1816. (1ª edição 1794).

¹¹ - Azeredo COUTINHO, *Ensaio Económico...*, p. 14

¹² - Idem, p. 19

¹³ - *Ensaio Económico...*, p. 31). O Acto de Navegação é transcrito, numa versão francesa em nota de rodapé, ocupando mais de cinco páginas. Cfr., p. 31-36.

¹⁴ - Idem, p. 22. Originalidade detectada, como dissemos, por Jorge Pedreira, cfr. Supra.

¹⁵ - Ob. Cit., p. 56. Confrontar com Montesquieu, *Esprit des Lois*, Paris, Flammarion, 1979, t. I, liv. 14, art. 2 e 14.

¹⁶ . Ob. Cit., p. 42. Parêntesis nosso

¹⁷ - Idem, p. 47.

¹⁸ - Idem, p. 48

¹⁹ - Cfr. Cap. V. pp. 56-83.

²⁰ - COUTINHO, *Ensaio...*, p. 75.

²¹ - Ob. Cit. pp. 76-77. Para esta refutação à teoria de Montesquieu explica : « *Em uma palavra, não é a fibra mais ou menos forte, nem os graus de calor deste, ou daquele clima, que decide da força, ou da coragem destes ou daqueles povos: a educação, os costumes, o Comercio, as Leis, a disciplina, os vícios mesmo, os erros, as opiniões ainda que falsas, e outras muitas circunstâncias são as que decidem da sorte dos Impérios»*, p. 79.

²² - Idem, p. 82

²³ - « *..espero merecer toda a desculpa, e que se atenda que defendo a causa daqueles índios invencíveis, que eu vi, tratei, e conheci de perto; e que, talvez pela falsa opinião, que se tem estabelecido como regra geral, de que os Povos dos países quentes são fracos e pusilânimes, se tenham desprezado os meios de aproveitar aqueles braços tão fortes, e*

tão necessários para um País tão dilatado, e que acaba de sair das mãos da Natureza na sua maior perfeição», *Ensaio...* p. 82. Pela causa dos índios continua o discurso dando a notícia dos índios « *Quetacazes, nossos mais bravos, e fieis aliados*». Cfr, cap VI. P. 83.

²⁴ - Ob. Cit., p. 104.

²⁵ - Idem, p. 105.

²⁶ - « *Ele faz tudo com economia, para não arruinar, nem destruir os seus matos; aproveita em tempo todas as madeiras, que aliás se perderiam; faz todos os esforços para que elas sejam as melhores, para preferir aos outros concorrentes; todos os dias inventa novos meios de poupar despesas, e de facilitar a condução, e os transportes, para conseguir um maior lucro*». Ob. Cit., p. 106

²⁷ - COUTINHO, *Ensaio...*, p. 114.

²⁸ - Anote-se na citação: « *ser grande homem de estado não consiste em descobrir meios de impor mais e mais tributos, consiste sim em descobrir meios de fazer rebentar de novo perenes fontes de riqueza, que fertilizem o Estado por toda a parte*» (115).

²⁹ - A defesa do exclusivo colonial está bem patente nas suas palavras: « *estes benefícios pedem iguais recompensas, e ainda alguns justos sacrifícios; e por isso é necessário que as colónias também da sua parte sofram Iº que só possam comerciar directamente com a Metrópole, excluída toda e qualquer outra nação, ainda que lhe faça um comercio mais vantajoso. IIº Que não possam as colónias ter fábricas, principalmente de algodão, linho, lã, e seda, e que sejam obrigadas a vestir-se das manufacturas, e da indústria da Metrópole. Desta sorte a justa interesses, e as relativas dependências mutuamente serão ligadas*». Ob. Cit. p. 150-151.

³⁰ - Azeredo COUTINHO, *Ensaio económico...*, p. 136.

³¹ - Ob. cit. p. 151.

³² - Idem, p. 152.

³³ - Consultem-se a este propósito as Actas do Colóquio internacional realizado recentemente sobre a abolição da escravatura em Paris: *Les Abolitions de L'esclavage: de L.F. Sonthonax a U. Schoelcher. 1794-1794 e 1848. Actes du Colloque International tenu a l'Université de Paris VIII*, Paris Unesco, 1995. Sobre o abolicionismo veja-se a comunicação de James WALVIN, « *L'abolition anglaise de l'esclavage des noirs, 1787-1838*, in *Actes du Colloque International tenu a l'Université de Paris VIII*, Paris Unesco, 1995, pp. 103-110.

³⁴ - Sobre a indiferença veja-se a comunicação apresentada por Jean EHRARD, « *L'esclavage devant la conscience des Lumières françaises: indifferrence, gêne, Révolte*», in, Ob. cit, pp. 146-192. Este autor Fez um estudo dos artigos da Enciclopédia (um total de 72000) da autoria dos nomes mais sonantes da ilustração francesa, como Diderot e D'Alambert. Os resultados que apresentou num quadro revelam a indiferença e embaraço perante a questão. Com efeito num total de 34 referências explícitas à questão, o que só por si revela já a indiferença, 10 manifestam-se contra a escravatura, 4 a favor e 20 assumem uma posição indiferente.

³⁵ - MONTESQUIEU, *De l'Esprit des lois*, Paris, Flammarion, 1979, t. I, p. 393

³⁶ - « *A experiência de todas as épocas e nações demonstra, segundo creio, que o trabalho feito por escravos, embora só pareça custar a sua manutenção, acaba por ser o mais caro de todos. Uma pessoa que não pode comprar propriedades, não tem outro interesse senão o de comer o mais que puder e trabalhar o menos possível*». Adam

SMITH, *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, Lisboa, Gulbenkian, 1981, vol I, p. 605.

³⁷ - O próprio autor explica no prefácio cada um dos termos: «*Resgatado da escravidão injusta a que o reduziram os seus mesmos nacionais*»; «*Empenhado. no poder do seu possuidor, para o respeitar como Senhor (...) enquanto não lhe pagar, ou compensar com serviços o seu valor*»; «*Sustentado como se explica na quarta parte*» (Nela aponta uma alimentação condigna para os escravos); «*Corrigido(...) como se explica na quinta parte*» (Onde denuncia os maus tratos e defende que os castigos corporais devem ser raros); «*Instruído na Doutrina, como se declara na sexta, e nos bons costumes, como se mostra na sétima*»; «*Libertado.. por alguns dos quatro modos indicados na oitava parte*». Extraímos as citações da introdução da obra que não está paginada.

³⁸ - Manuel Ribeiro da ROCHA, ob. cit. P. 173. O mesmo sentido quando denuncia os castigos que se aplicavam aos negros: «*Nas fazendas, engenhos, e lavras minerais, ainda hoje há homens tão inumanos, que o primeiro procedimento que tem com os escravos (...) é mandá-los açoitar rigorosamente, sem mais causa que a vontade própria de o fazer (...) saibam pois estes Senhores; ou possuidores de escravos, que esta Teologia Rural, é o avesso da Teologia Cristã*».Idem, 189.

³⁹ - Cfr. Ob. cit onde no início são transcritos alguns poemas elogiando o autor e a sua coragem.

⁴⁰ - Biblioteca Pública de Évora, Col. Manisola, Cód. 171.

⁴¹ - Idem, pp 254. O autor embora não esteja indicado no título surge mencionado num dos pareceres que antecedem a obra, o de Ribeiro dos Santos.

⁴² - Anote-se nas palavras de Bento Farinha: «*Pareceu-me muito precioso trabalho, mas sobejo e perdido para combater o Discurso premiado, e alumiar os premiadores: não tem olhos que possam com tanta luz*». Ob. Cit. p. 1..

⁴³ - Idem, p. 92. Veja-se também como se refutam os maus tratos: «*Em cem negros, talvez não haja cinco, que a mofina leve às mãos de homem duro, e insensato; (...) porém o Discurso, diz que só por acaso encontra o escravo um senhor mais humano*». Idem, p. 121.

⁴⁴ - Contamos noutra oportunidade fazer uma análise pormenorizada ao texto e à polémica que lhe está subjacente.

⁴⁵ - Cfr. Ob. Cit. P. 197-198.

⁴⁶ - Ob. Cit. P. IV.

⁴⁷ - Idem, p. 57.

⁴⁸ - Ob. cit. p. 63.

⁴⁹ - Um deles foi José António de Sá que numas reflexões sobre agricultura apontou como factor para incentivar a fixação de populações o fim do comércio de escravos: «*A mim me parecia uma Política ,mais providente, que os Negros da Costa de África fossem transportados para os Brasis para agricultarem as terras, em lugar de vendê-los, do que nos resultariam proveitos muito vantajosos; visto que quadruplicariam bem depressa os produtos da América*», Biblioteca Pública de Évora- col. Manisola, Cod. 468, fls. 280v.

⁵⁰ - Veja-se sobre a ideia de interesse, Albert HIERSCHMAN, *As paixões e os interesses. Argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo*, Lisboa, Bizâncio, 1997. A edição inglesa data de 1977. Contámos em próximo trabalho aprofundar a ideia de interesse no discurso da ilustração portuguesa em finais do Antigo Regime.

⁵¹ - Voltaremos a esta questão em próxima oportunidade.